

Empresas devem 141 milhões ao SUS

Agência quer evitar que operadoras de planos encaminhem pacientes

Martha Beck

• SÃO PAULO. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quer evitar que as empresas de planos de saúde encaminhem seus clientes ao SUS. As empresas acabam recebendo pagamento por serviços oferecidos aos clientes que, na verdade, são prestados por hospitais públicos. Para evitar o problema, a ANS estabeleceu que os planos devem ressarcir o SUS pelos atendimentos feitos até agora e espera receber das operadoras R\$ 141 milhões.

— O consumidor tem o di-

reito de ser atendido pelo SUS ou pelo plano de saúde, mas as empresas não podem lucrar com gastos que passam para o Governo — disse o presidente da ANS, Januário Montone.

Segundo ele, as operadoras, que já atuam no mercado nacional há 40 anos, acabam lucrando com os preços cobrados dos clientes e ainda com o atendimento que não precisam prestar porque o SUS faz todo o trabalho. Até agora, a ANS, que foi criada em janeiro deste ano, só conseguiu arrecadar R\$ 593 mil referentes aos atendimentos de março,

apesar de estar previsto o recebimento de R\$ 14 milhões. O restante do valor ainda depende de decisões na Justiça. Montone disse que as empresas vêm tentando atrasar ao máximo o ressarcimento com impugnações nas secretarias estaduais de saúde.

Para calcular o ressarcimento, a ANS cruza os dados do cadastro de clientes dos planos com as autorizações de internação hospitalar (AIH). Se o cruzamento for positivo, as empresas têm que ressarcir o SUS, exceto se o beneficiário estiver em carência, se o procedimento

não for coberto pelo contrato ou se o atendimento for feito fora da área de cobertura do plano.

— Se a empresa pagar um valor menor ao SUS, vai ser vantagem para as empresas continuarem com essa prática — disse.

O próximo ressarcimento deve ser feito em outubro. Ele afirmou que a maior incidência do problema está em São Paulo, onde a agência espera arrecadar R\$ 58 milhões. Em seguida, vem Minas Gerais, com R\$ 12 milhões. Só na cidade do Rio de Janeiro, o valor é de R\$ 8,8 milhões. ■